

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.327.557 - AL
(2018/0176537-4)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : INCPP - INSTITUTO NACIONAL DOS INVESTIDORES EM
CADERNETA DE POUPANÇA E PREVIDENCIA
ADVOGADOS : FERNANDO IGOR ABREU COSTA E OUTRO(S) - AL009958
LEONIDAS ABREU COSTA - AL009523
BRUNNO DE ANDRADE LINS - AL010762
DENYS BLINDER E OUTRO(S) - AL012853A
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - AL012855A
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - AL012854A

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos em face da decisão de e-STJ fls. 873/875, que atendeu à determinação do Supremo Tribunal Federal acerca da suspensão nacional dos processos relativos a cobrança de diferenças de correção monetária em cadernetas de poupança decorrentes de expurgos inflacionários, seja na fase de conhecimento ou de execução, enquanto vigorar o período de 24 (vinte e quatro) meses que os poupadores têm para decidir sobre a adesão ao acordo coletivo homologado em fevereiro de 2018 (Recurso Extraordinário 632.212, relator Ministro Gilmar Mendes).

O Instituto Nacional dos Investidores em Caderneta de Poupança e Previdência - INCPP alega, em síntese, o seguinte:

Ora, somente após o julgamento do Agravo, onde se definirá a possibilidade ou não de apreciar o mérito em si do recurso especial, é que pode ser feito o juízo de valor do que foi decidido pelo Tribunal de origem e o Supremo Tribunal Federal no recurso extraordinário representativo de controvérsia, em repeito ao artigo 1.042 do CPC.

A matéria a ser, neste momento, apreciada pelo STJ é a admissibilidade ou não do recurso especial, não importando, nesse momento processual, o que venha a ser decidido pelo STF sobre a matéria de fundo (expurgo inflacionário).

Sustenta a impossibilidade de sobrestamento do feito em respeito à coisa julgada e tece considerações sobre reclamações processadas no Supremo contra suspensões aplicadas a processos já transitados em julgado na fase de conhecimento.

Postula o acolhimento do recurso com efeitos infringentes.

Impugnação não apresentada (certidão fl. 912).

Relatados, passo a decidir.

A pretensão não merece prosperar.

Não se demonstrou nenhuma das hipóteses do art. 1.022 do Código de Processo Civil.

Depreende-se das razões dos presentes embargos de declaração que a pretensão do ora embargante é unicamente o rejugamento da matéria, para o que não se presta a via então eleita.

Eis o conteúdo da decisão proferida pelo Ministro Gilmar Mendes nos autos do RE 632.212/SP:

Decido.

Conforme relatado, homologuei o acordo coletivo apresentado nos presentes autos, que visa solucionar as inúmeras controvérsias relativas a diferenças de correção monetária em depósitos de poupança, decorrentes da implementação de vários planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).

Na ocasião, determinei o sobrestamento do presente feito, por 24 (vinte e quatro) meses, de modo a possibilitar que os interessados, querendo, manifestem adesão à proposta nas respectivas ações, perante os juízos de origem competentes, com o intuito de uniformizar os provimentos judiciais sobre a matéria e privilegiar a autocomposição dos conflitos sociais.

Ocorre que, mesmo após o citada determinação, os órgãos judicantes de origem tem dado prosseguimento às liquidações e execuções das decisões sobre a matéria, o que tem prejudicado a adesão ou ao menos o livre convencimento dos particulares sobre o acordo em questão.

Destaque-se, como já ressaltado, que o acordo tem como objetivo maior garantir o equilíbrio do Sistema Financeiro Nacional, tendo em vista o imenso número de ações a respeito do tema, bem como resguardar o interesse dos particulares envolvidos ao recebimento célere dos valores devidos.

Nesses termos, entendo necessária a suspensão de todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem sobre a questão, pelo prazo de 24 meses a contar de

5.2.2018, data em que homologado o acordo e iniciado o prazo para a

adesão dos interessados.

À Secretaria Judiciária para as providências cabíveis, sobretudo à cientificação da Presidência dos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Superior Tribunal de Justiça, para que adotem as medidas necessárias ao cumprimento da determinação.

De igual modo, esta Corte Superior, quando da apreciação da Questão de Ordem no REsp nº 1.568.798/DF, esclareceu que a suspensão determinada pelo Supremo Tribunal Federal alcança os processos individuais ou coletivos, tanto na fase de conhecimento quanto na de cumprimento de sentença, que digam respeito, ainda que como tema de fundo, aos chamados expurgos inflacionários dos planos econômicos, seja Bresser, Verão, Collor I e II. A respeito:

QUESTÃO DE ORDEM. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO PROLATADA NOS AUTOS DO RE N. 632.212. SUSPENSÃO DE PROCESSOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS QUE ENVOLVAM CONTROVÉRSIAS RELATIVAS A DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA SOBRE DEPÓSITOS DE POUPANÇA.

1. Consoante decisão prolatada pelo Ministro do STF Gilmar Mendes, nos autos do RE n. 632.212 - recurso vinculado ao Tema de repercussão geral n. 285 -, devem ser sobrestados todos os processos individuais ou coletivos, seja na fase de conhecimento ou execução, que versem, ainda que apenas como tema de fundo, sobre controvérsias relativas a diferenças de correção monetária em depósitos de poupança decorrentes da implementação de vários planos econômicos (Cruzado, Bresser, Verão, Collor I e Collor II).
2. Por um lado, os arts. 1.039, 1.040 e 1.041, todos do CPC/2015, dispõem sobre a atuação do Tribunal de origem após o julgamento do recurso extraordinário submetido ao regime de repercussão geral ou do recurso especial submetido ao regime dos recursos repetitivos.
3. Por outro lado, no âmbito do RE n. 626.307 e do RE n. 591.797 - Temas 264 e 265 -, o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal reconheceu a existência de repercussão geral da questão tida por constitucional na discussão acerca das diferenças de correção monetária de depósitos em caderneta de poupança, não bloqueados pelo Bacen, por expurgos inflacionários decorrentes dos Planos Bresser, Verão e Collor I.
4. Em vista da decisão prolatada no âmbito do STF e na linha da jurisprudência do STJ, os autos devem ser devolvidos para sobrestamento no Tribunal de origem, com baixa nesta Corte, a fim

de que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, em conformidade com a previsão do art. 1.040, c/c o § 2º do art. 1.041, ambos do CPC/2015, seja adotada uma das seguintes providências: a) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou b) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do Supremo Tribunal Federal, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas; ou c) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao Superior Tribunal de Justiça.

5. Questão de ordem acolhida.

(QO no REsp 1568798/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 26/02/2019)

Assim, ao contrário do que sustenta o recorrente, não há a exceção invocada.

Improsperável o recurso.

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora